

A MULHER COMO AGENTE DE CAPITAL SOCIAL EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

Cesar Augusto Ilódio Alves¹
Monica Franci Carniello²
Adriana Leônidas de Oliveira³

1. Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional / Universidade de Taubaté / cesar.aialves@gmail.com
2. Doutora em Comunicação e Semiótica / Professora assistente doutor – Universidade de Taubaté/ monicafcarniello@gmail.com
3. Doutora em Psicologia / Professora assistente doutor – Universidade de Taubaté e Professora Titular da Universidade Paulista / adrianaleonidas@uol.com.br

GESTÃO SOCIAL

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo apresentar como a mulher vem se tornando agente de capital social em ações de desenvolvimento social no Brasil, demonstrando através de dados sua participação enquanto líder e mobilizadora de ações. São apresentados para melhor esclarecer o tema, fundamentações teóricas que dão clareza ao significado e conceitos ao que tange a questões de capital social, tanto individual como também o de atributo coletivo, denotando com isto sua importância no processo de desenvolvimento social e do mesmo no Brasil. Como metodologia adotada para a construção desta pesquisa deu-se em forma de pesquisa de análise de citações bibliográficas, pautada na revisão de livros e artigos, cujo tema se declina as definições e esclarecimentos de gênero, capital social e desenvolvimento, que acabaram culminando em desenvolvimento no Brasil. A escolha por este tipo de pesquisa se deu visando tornar possível ao leitor uma maior compreensão do assunto tratado pelo autor através de uma abordagem qualitativa, que tornou possível assim a apresentação da análise de resultados sob uma ótica que dá luz, a percepção e compreensão do tema. A conclusão foi construída com a intenção de gerar a possibilidade do surgimento de novas discussões, complementações ou confrontos futuros quanto ao tema.

Palavras-chave: Gestão e Desenvolvimento Regional. Gênero. Capital Social.

Abstract

THE WOMAN AS AGENT OF SOCIAL CAPITAL IN SHARES OF SOCIAL DEVELOPMENT IN BRAZIL

This paper aims to show how the woman has become the capital agent in social development activities in Brazil, demonstrating data through their participation as leader and mobilizing actions. Are presented to clarify the subject, theoretical foundations that give clarity to the meaning and concepts to regard the question of what is social capital, both individual as well as collective attribute of a group, demonstrating with this its importance in the social development process .

The methodology adopted for the construction of this given in form of analysis of research citations, based on a review of books and articles whose theme is declined settings and gender information, social capital development, which eventually culminated in the development in Brazil . The choice for this type of research took place in order to make possible the reader a greater understanding of the subject matter of the author and approach, occurred in a qualitative way, thus allowing the presentation of the results of analysis from an optics that gives light, perception and understanding of the topic. The conclusion enables the emergence of new discussions, supplement or future confrontations on the subject.

Keywords: Management and Regional Development. Gender. Social Capital.

1. Introdução

O debate sobre as capacidades de se liderar está sempre em destaque, pois com o passar dos tempos houveram constantes desenvolvimentos de novas práticas, métodos e estilos. Estas mudanças em geral se deram e dão decorrentes da necessidade de adaptação as novas tendências que surgem e que demandam novas posturas e atitudes dos líderes para o enfrentamento de mercado, crises e até mesmo oportunidades.

Pensando nisto a discussão sobre gêneros sempre acaba por figurar em tais debates, sendo discutidos por exemplo, quem possui maior capacidade de liderança, o homem ou a mulher? Quem desempenha melhor o papel de líder em cargos de alta liderança, já que está exerce papel estratégico dentro das organizações? Quem pensa mais na coletividade e cooperação de esforços? Entre tantos outros questionamentos.

Este artigo não tem por pretensão entrar neste tipo de debate, mas sim, ponderar sobre a questão de gênero que tange a participação da mulher como agente de capital social em ações de desenvolvimento social no Brasil, abordando sua participação enquanto liderança. Visto ser neste papel onde tal, tem maiores condições e possibilidades de intervenção no desenvolvimento de ações ou políticas que se voltem a cooperação e as relações sociais entre os indivíduos, visando a ampliação de benefícios e a obtenção de recursos sociais para a formação de redes.

O capital social em uma de suas primeiras definições publicadas, ainda em fase de maturidade ao tema, discussões acerca de sua abrangência, se deu através de Pierre Bourdieu, que descreveu em seu artigo *Le capital social: notes provisoires*, publicado em 1980, que capital social era:

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2011, p. 67).

É fato que este é um tema ainda em desenvolvimento e que vem dando origem a diversas definições e conceitos, servindo inclusive de bases a estudos mais aprofundados em diversas áreas do conhecimento, pois trata essencialmente a capacidade do ser humano interconectar-se com outras e também com a estrutura Estado, organizações e sociedade, à qual está inserido, por isto que o trato da questão gênero se faz importante ser abordada em conjunto com o capital social, tendo a mulher como vértice das ponderações deste artigo.

E é aqui que entra a questão do desenvolvimento social, que é se através do estabelecimento de políticas sociais que possibilitem a concretização de direitos, a efetivação de ações que

conduzam à redução das desigualdades sociais de fato e comprovadas através de indicadores confiáveis e fidedignos.

Para tanto como metodologia de construção adota-se a de análise de citação bibliográfica, que trará bases de sustentação as falas empregadas para o esclarecimento do assunto e que nortearam o delineamento qualitativo que dará se à na análise de resultados e também conclusão.

Busca-se com este propiciar facilidade de leitura e compreensão ao assunto aos leitores, não deixando de lado o atendimento do objetivo proposto que é mostrar a capacidade da mulher se tornar agente de capital social tomador de decisões dentro das organizações. Para isto, este artigo foi dividido em cinco partes, a introdução que é esta, e também o referencial teórico, no qual consta a teorização do assunto abordado; o método que descreve as escolhas e principais procedimentos desenvolvidos, a análise de resultados; e, por último e não menos importante as considerações finais.

2. Revisão de literatura

2.1. Gênero

Segundo Ferreira (1986) gênero pode ser interpretado como sendo algo próximo a uma classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, podem ser chamadas espécies. Este ainda indica que pode também ser “qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, ideias, que tenham caracteres comuns” (1986, p.844). Em ambas as colocações este refere-se a relação homem e mulher. Contudo o próprio autor indica que existe uma definição mais aconselhável quando trata-se deste termo, referindo em âmbito que foge a mera classificação sexo, citando que gênero refere-se a “categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas” (1986, p.844). Neste sentido, o autor aponta o Gênero masculino, o feminino e o neutro.

Scott (1995, p.88), cita que “o Gênero é uma forma primária de significar as relações de poder” levando ao pensamento de Godelier que aponta: “...não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar” (p.89).

A diferenciação entre sexo e gênero, segundo Isquierdo é realizada afim de apontar as limitações e capacidades que as características sexuais biológicas que homens e mulheres possuem, seus padrões de identidade, modelos, posições e estereótipos criados por características sociais, psíquicas e históricas da sociedade, diferenciando-os (*in Capelle et al.*, 2004).

O termo gênero vem sendo tratado com mais profundidade nos últimos anos, em razão da busca por diferenciar o que foi trabalhado até então pelo homem e pela mulher ao longo da história, principalmente os movimentos feministas, por isto em geral quando se tem visto a terminologia gênero em trabalhos das mais diversas áreas, este tem sido interpretado como “mulher”, tendo está se tornado sinônimo ao tema (SCOTT, 1995). Algo que em realidade deveria abranger muito mais e trabalhar as questões que realmente o compõem integralmente, tal como descrito pelo Conselho Europeu:

A igualdade de gênero significa uma visibilidade igual, o *empowerment* e a participação de ambos os sexos em todas as esferas da vida privada e da vida pública [...] A igualdade de gênero não é sinônimo de semelhança; ela não consiste em considerar os homens, seu estilo de vida e suas condições como a norma [...] A igualdade de gênero significa aceitar e valorizar também as diferenças entre as mulheres e os homens e os diferentes papéis que eles desempenham na sociedade. (Conselho Europeu (1998) apud WALBY, 2003, p. 7.)

O trato do tema gênero deve seguir a base da participação igualitária entre homens e mulheres, de modo que ambos possam ter condições de conquistar sua independência econômica e vida pública sem inconvenientes ou divisões.

2.2. Capital Social

De acordo com Coleman (1990), o capital social, não é uma entidade singular, algo único, mas sim um conjunto de diferentes entidades que possuem duas características em comum: Apresentam aspectos de estrutura social e são facilitadoras de ações aos indivíduos que estão no interior desta estrutura.

Para Putnam (1993), o capital social surge como instrumento que objetiva solucionar dilemas da ação coletiva, pois este trata das características da organização social, tal como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas, que suporta sua fala com base no citado por Coleman (1990, p. 302): “Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]”.

O capital social a partir da Conferência de 2001, organizada pela CEPAL¹, através dos diversos trabalhos apresentados, passou se a considerar duas formas distintas para defini-lo, sendo estas:

- 1- O capital social, entendido como uma capacidade específica de mobilização de determinados recursos por parte de um grupo;
- 2 - O capital social remete a disponibilidade de redes de relações sociais.

Pensando na capacidade de mobilização, está convergindo a noções importantes de liderança e em sua contrapartida também que é o empoderamento (empowerment), afim de se tornar produtiva e em benefício coletivo.

Quanto tratada a dimensão dos recursos, ficam implícitos as noções de associativismo e a formação de redes sociais tanto de forma verticalizada, quanto horizontalizada, em virtude da necessidade desta ter ligações com o ambiente externo de alguma maneira, seja por meio de incentivos governamentais, tal como também internamente através das relações que se estabelecem das lideranças com os demais membros (Woolcock, 1998).

Sendo assim os recursos associativos que mais importam em se tratando da formação de capital social para um grupo, são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação. Todos resultantes da interação entre as pessoas e que em se pensando no caso da liderança, deve demonstrar experiência acumulada, generosidade que acaba por criar envolvimento e aceitação ao risco, além de afetividade ou identidade ampliada quanto a ação.

De acordo com Durston (2000), a reciprocidade citada anteriormente deve ser entendida como um princípio gerador de uma lógica de interação e envolvimento alheia a lógica de mercado, pois está embasada na ação realizada pela busca de objetivos compartilhados de um empreendimento comum.

Leva se também por ele aqui, em consideração a diferenciação do capital social individual que é posto como o crédito acumulado por uma pessoa em forma de reciprocidade difusa e o capital social como um atributo coletivo de um grupo, que envolve a extensão e o cruzamento das relações individuais de reciprocidade e confiança, com as normas e instituições de cooperação que se voltam a um grupo ou comunidade.

2.3. Desenvolvimento

¹ A Comissão Econômica para a América Latina, é a comissão regional das Nações Unidas que tem como objetivo promover o desenvolvimento latino-americano, mediante a cooperação econômica e a integração regional.

O desenvolvimento visto de forma isolada, somente em sua questão literal, não expressaria o que é proposto neste artigo, logo aqui será delimitado ao contexto sócio econômico que está sendo tratado com ênfase e mantém a condição do atingimento do objetivo proposto aqui.

Logo pensando assim, segundo Vieira e Santos:

A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito desenvolvimento pode até ser oposto a ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade (2012, p. 348).

Com isto pode se entender que desenvolvimento é um processo que denota a participação coletiva do estado promovendo ações que visem conciliar a condição de manutenção de determinados padrões de vida aceitáveis, sem que haja grande demanda de atendimentos a aspectos básicos de sobrevivência, isto tudo, sendo pensado a maioria. E também que desenvolvimento não necessariamente significa progresso econômico, pois não é pensado somente a base da demanda e escoamento da produtividade, tal como para Sen (1999), cita que o desenvolvimento, implica na expansão das capacidades humanas ou no aumento da liberdade.

Já para Furtado o crescimento depende da produtividade, pois sem está seria pouco provável uma expansão simultânea dos setores produtivos, demandando modificações na estrutura econômica, onde tal cita que: “o crescimento é o aumento da produção ou seja do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto especializado, e o desenvolvimento é o mesmo fenômeno do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior” (1967; p. 74).

Este coloca ainda que, “o desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a” (1967; p. 74).

2.3.1. Desenvolvimento social

O desenvolvimento social está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico de uma população, seja está local, nacional ou mundial, decorrente de um contexto histórico já citados anteriormente.

Em realidade este deve ser atrelado as condições de vida e ao modo sustentável a qual a população está imposta, indicando com isto o que o Estado propicia a esta em termos de acesso aos bens e serviços. Por isto ao se conceituar desenvolvimento social mais atualmente, não se pode descartar as questões de igualdade, oportunidades, paz e outros aspectos que não são possíveis de se tangibilizar economicamente.

O desenvolvimento social acaba por ser tratado em paralelo com os conceitos de desenvolvimento econômico, muito em virtude das definições empregadas ao crescimento econômico, indicado por uma linha de pensadores, vir acompanhado de uma representação social, indicada através da melhoria na qualidade de vida do sujeito, e que como citado por Vasconcellos e Garcia, indica “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (1998, p. 205).

Esta noção de representação social aliada a questões de desenvolvimento, vem principalmente na última década sendo mais amplamente estudado, partindo de questões como a crescente importância da dimensão economia e a influência política sobre a realidade social e a cultural sob os fenômenos sociais. Esta última por conta de que até a metade do século XX,

enquanto pensado somente nas dimensões econômicas e políticas, não conseguia atender plenamente o conceito e revelar a realidade social a que se propunha (MUKHERJEE, 1998).

Este se dá através do estabelecimento de políticas sociais que possibilitem a concretização de direitos, a efetivação de ações que conduzam à redução das desigualdades sociais de fato e comprovadas através de indicadores confiáveis e fidedignos, como indicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004).

2.3.2. Desenvolvimento social no Brasil

No Brasil o tema ainda é considerado muito recente, tendo hoje o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como órgão público principal a fomentar, articular e propor ações de desenvolvimento social no país. Este foi criado em 2004, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a proposta de estabelecer e implementar políticas em parceria com estados e municípios, em ações conjuntamente pactuadas e por meio de repasses fundo a fundo.

Dentro desta proposta as organizações da sociedade civil também são integradas aos sistemas unificados, desempenhando funções importantes, nas áreas de assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.

A partir desta articulação entre governos e organizações, nas três esferas, estabelece-se uma sólida rede de proteção e promoção social, que visa o rompimento de séculos de desigualdades latentes e principalmente a quebra do ciclo de pobreza e o aumento da cidadania.

Atualmente o Brasil entre os países que compõem o BRICS² (Brasil, Rússia, China e África do Sul) é o país que aponta o melhor índice de Progresso Social, segundo estudo realizado pela *The Social Progress Index*, que se utiliza de 52 indicadores para auferir quantitativamente o posicionamento do país em seu ranking.

Estes indicadores de desenvolvimento social estabelecidos pela *The Social Progress Index* e que resultam em um ranking tem por base diversos fatores, que são avaliados e auferidos quantitativamente através de questionários aplicados, documentos e indicadores avaliados, entrevistas realizadas e observações mensuradas, sobre diversos aspectos que são divididos em necessidades humanas básicas, fundamentos de bem-estar e oportunidades, que depois de traçados seus paralelos culminam no índice de progresso em desenvolvimento social. A figura 1, mostra os parâmetros para auferição deste índice.

Figura 1: Parâmetros de auferição do índice de Progresso Social



Fonte: Índice de Progresso Social (2015)

² Brics é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que compartilham uma situação econômica com índices de desenvolvimento e situações econômicas próximas e que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento.

É claro que ainda sim, muito precisa ser feito, por isto que, a fomentação de novos empreendimentos cooperativistas, são considerados fundamentais, onde segundo Neto (2002), estes tipos de empreendimentos possuem função pública de desenvolvimento em questões econômicas, pois aliam a criação de empregos com a geração de distribuição de renda. Algo que Oliveira (2001) reforça citando que este tipo de empreendimento, contribui efetivamente com a distribuição de renda por conta de realizar a distribuição proporcional dos resultados econômicos entre cooperados, promovendo o desenvolvimento local e alicerçando o crescimento e desenvolvimento sustentável do seu entorno (a comunidade).

Em virtude de ações de governo pautadas no atendimento de políticas e propostas internacionais, tal como o desenvolvimento do milênio proposto pelas Nações Unidas para o ano de 2015 e ações da sociedade civil, o Brasil que em 1992, tinha cerca de 11,73% da população vivendo com menos de US\$ 1,00 (um dólar) por dia. Já em 2006 este percentual era de 4,69%, segundo o IBGE.

O programa Bolsa Família, um dos programas de transferência de renda, instituído pelo governo, vem gerando a diminuição dos números de crianças com desnutrição infantil, sendo indicados pelo MDS, que tais números chegam a 30% de crianças em todo o país, englobando 62% de crianças na faixa etária de 6 a 11 anos, indicando através do índice global da fome, uma redução de 45,6% de 1990 a 2008, permitindo ao país sair do indicador de nação com graves problemas alimentares para nação com problema alimentar baixo, conforme aponta o MDS.

3. Metodologia

Para execução deste trabalho foi escolhida a pesquisa de análise de citações bibliográficas, baseada na revisão de livros e artigos, cujo tema se declina as definições e esclarecimentos de gênero, capital social e desenvolvimento.

A escolha por este tipo de pesquisa se deu afim de tornar possível ao leitor uma maior compreensão do assunto tratado pelo autor.

Quanto a abordagem, está dá-se de forma qualitativa, onde a análise de resultados apresenta se em uma ótica que não se referirá a números auferidos, mas sim a luz da percepção e compreensão do tema por parte do autor. A conclusão transcorre se de forma a possibilitar o surgimento de novas discussões, complementações ou confrontos futuros quanto ao tema.

Segundo Flick (2009) este tipo de abordagem fundamenta-se na flexibilidade de abordar um campo em lugar de projetar uma estrutura aquilo que se estuda, permitindo com isto, o emprego de atitude flexível perante o objeto de investigação.

Com isto conforme aponta Martins e Bicudo (1989), os fenômenos que não são facilmente quantificáveis, tornam se mais apropriados a serem analisados, por procedimentos da pesquisa qualitativa, permitindo uma particularização do objeto de estudo, possibilitando assim uma compreensão mais ampla.

4. Análise dos resultados

Visando o atingimento do objetivo proposto que é apresentar como a mulher vem se tornando agente de capital social em ações de desenvolvimento social no Brasil, pode se apontar que neste processo, primeiramente vem buscando romper com os paradigmas de seu posicionamento no mercado de trabalho formal e até mesmo informal, sendo geradora de renda, onde em 2009, segundo o IBGE, as mulheres já representavam 51,5% da população, sendo estas chefes de 24.099 milhões de famílias das 64.358 contabilizadas em domicílios particulares.

Com uma média de vida superior ao homem estimada em 7,1 anos e com 0,4 ano a mais dedicados a educação, a mulher em cerca de 22 milhões de famílias, foi declarado esta ser a mantenedora do lar, tanto em questões materiais e de relacionamento.

Tabela 1: Relação homem/ mulher em expectativa de vida x educação formal

Variáveis consideradas	Homem	Mulher
Expectativa de vida	70,6	77,7
Anos de estudo	7,1	7,5

Fonte: Elaborada pelo autor, segundo IBGE (2009)

Já em 2011, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) a mulher deixou de ter como atividade que mais executava, os serviços domésticos (17,1% em 2009, diminuindo para 15,6% em 2011), passando a ser o comércio sua principal atividade econômica, chegando a 17,6%, acompanhado de atividades de educação, saúde e serviços sociais com 16,8%.

Um dos fatores apontados como agente modificador destes números é o Programa Nacional de Qualificação, que permitiu as mulheres passarem a ingressar em atividades até então executadas quase que exclusivamente por homens, principalmente na área da construção civil.

Outro fator importante foi a disponibilização de crédito para abertura de novos negócios no setor agropecuário, que entre 2003 e 2008, disponibilizou R\$ 247 milhões, por meio de 35 mil contratos firmados com mulheres, demandando inclusive um avanço no percentual de mulheres proprietárias de lotes de terra, partindo no início do período de 24% para 55% ao final do período.

Outro fator bastante relevante de se apontar é a crescente participação desta na política local, estadual e nacional, realizada através do engajamento em processos eleitorais que lhes demandam a possibilidade de articulações legislativas de novas leis e projetos de desenvolvimento social, permitindo uma amplitude na participação da sociedade e envolvimento coletivo desta com as esferas políticas.

5. Conclusões

A participação da mulher como agente de capital social em ações de desenvolvimento social no Brasil, vem se intensificando e apontando que está tem sido de suma importância, em aspectos geradores de emprego e principalmente no combate a fome, tornando possível a diminuição das desigualdades de classe social e principalmente propiciando melhores condições a pessoas em grau de carência extrema.

Um dos grandes exemplos de exponencial participação da mulher como agente de capital social em ações de desenvolvimento social é a presença da Sra. Márcia Helena de Carvalho Lopes, como Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2010 até 2011.

A ministra na ocasião foi a fomentadora do relatório Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: Balanço e Desafios que apontou como o país se encontrava até aquele momento e quais seriam os possíveis caminhos a serem adotados para que houvessem possibilidades de melhoras nos indicadores no desenvolvimento social do país.

Hoje o Brasil figura como 42º lugar no ranking do índice de desenvolvimento social 2015, à frente dos demais países do BRICS, considerados também subdesenvolvidos, com indicadores que apontam uma pontuação total de 70,89, que reflete a média total obtida nos no cálculo dos indicadores.

Vale ressaltar que em outros índices também calculados pela *The Social Progress Index*, o país também permanece a frente com exceção somente ao atendimento de necessidades humanas em comparativo com a Rússia e China, porém ainda muito distante ao primeiro colocado no ranking, que é a Noruega, conforme apontado na tabela 2, apresentada como Classificação de ranking em índice de Progresso Social 2015.

Tabela 2: Classificação de ranking em índice de Progresso Social 2015

Países	Índice de Progresso	Posição Ranking	Necessidades Humanas	Posição Ranking	Fundamentos de Bem Estar	Posição Ranking	Oportunidades	Posição Ranking
Noruega	88,36	1º	94,80	9º	88,46	1º	81,82	9º
Brasil	70,89	42º	71,14	74º	76,21	30º	65,33	32º
Rússia	63,64	71º	74,10	70º	67,63	77º	49,19	70º
China	59,07	92º	73,74	71º	65,40	88º	38,08	110º
África do Sul	65,64	63º	64,59	92º	69,94	64º	62,38	37º

Fonte: Elaborada pelo autor com base no índice de Progresso Social (2015)

Apesar destes números não tratarem em sua raiz, a participação isolada da mulher, é fato que o desenvolvimento nacional, vem se dando a razão de iniciativas públicas e privadas que contam com a mulher como agente de capital social, ou seja, como agente integradora de ações e políticas públicas que vem gerando melhorias significativas a populações locais, estaduais e até mesmo nacional. O que se vê mais comumente é participação desta como líder em ações que se ligam a agricultura que visam a geração de renda, o estabelecimento desta como cidadã legalizada e a fomentação desta como empreendedora. Outra atividade em que a figura da mulher é bastante presente, são nas questões de combate à fome e a proteção da mulher.

Segundo a Secretária de Proteção a Mulher (SPM), desde 2003, os direitos à terra das mulheres vêm sendo ampliados, através de programas de políticas públicas, tal como o Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que dá preferência as famílias chefiadas por mulheres no momento da titulação da terra. Tendo como retrospecto um aumento de 24,1% destas em 2003, passando a 55,8% em 2007, sendo que o total de mulheres chefes de família beneficiárias passou de 13,6% para 23% neste período.

Outro dado que vem demonstrando este processo é o aumento da participação da mulher nos processos políticos eleitorais no país, onde conforme demonstrado nas tabelas 3, 4, e 5, que a possibilita ser articuladora de novas leis e projeto de desenvolvimento social.

Tabela 3: Candidatas/os a prefeita/o em 2012 por UF e sexo

UF	Feminino	%	Masculino	%	TOTAL	UF	Feminino	%	Masculino	%	TOTAL
AC	10	13,70	63	86,30	73	PE	67	13,43	432	86,57	499
AL	52	17,39	247	82,61	299	PI	81	15,00	459	85,00	540
AM	22	9,91	200	90,09	222	PR	115	11,41	893	88,59	1.008
AP	11	14,47	65	85,53	76	RJ	45	12,36	319	87,64	364
BA	155	13,69	977	86,31	1.132	RN	90	21,79	323	78,21	413
CE	78	15,45	427	84,55	505	RO	18	12,24	129	87,76	147
ES	26	11,40	202	88,60	228	RR	11	23,40	36	76,60	47

GO	79	12,14	572	87,86	651	RS	105	8,88	1.077	91,12	1.182
MA	128	19,51	528	80,49	656	SC	64	9,25	628	90,75	692
MG	230	10,25	2.014	89,75	2.244	SE	35	16,13	182	83,87	217
MS	28	13,46	180	86,54	208	SP	273	13,58	1.738	86,42	2.011
MT	53	14,68	308	85,32	361	TO	75	20,33	294	79,67	369
PA	67	14,32	401	85,68	468	TOTAL	2.034	13,41	13.129	86,59	15.163
PB	116	21,05	435	78,95	551						

Fonte: Elaborada pelo autor com base no TSE (2012)

Conforme a tabela 3, intitulada Candidatas/os a prefeita/o em 2012 por UF e sexo apresenta, a mulher vêm em escala municipal gradativamente ampliando sua participação e buscando ganhar espaço localmente na esfera política. De acordo com o levantamento realizado somente nos estados do Amazonas (AM), Rio Grande do Sul (RS) e de Santa Catarina (SC), em percentuais as mulheres candidatas não atingiram a margem de 10%, em todos os demais estados a média foi superior a este percentual, com destaques para Paraíba (PB) com 21,05%, Rio Grande do Norte (RN) com 21,79 e Roraima (RR) com 23,40%.

Estes números possibilitam inclusive a geração da hipótese de que tal como os principais incrementos em ações de desenvolvimento por parte do governo se deram no Norte e Norte do país, está busca por se tornar agente de capital social por parte da mulher, acaba por ser mais estimulado.

Já na tabela 4 em que é indicada a evolução do número de governadoras eleitas/os – 2006, 2010 e 2014, fica evidenciado que apesar da diminuição do número de mulheres eleitas ao governo do estado, estás ainda sim se mantem em uma constante em termos de número de candidaturas, variando nos anos de 2006 de 26 candidatas, em 2010 de 16 e em 2014 foram 20 candidatas.

Tabela 4: Evolução do número de Governadoras/es eleitas/os - 2006, 2010 e 2014

Ano	Feminino	Masculino	Total
2006	3	24	27
2010	2	25	27
2014	1	26	27

Fonte: Elaborada pelo autor com base no site do TSE (2014)

A tabela 5 que apresenta a evolução do número de candidatas/os a presidenta/e em 2006, 2010 e 2014, refletem uma constância nos primeiros processos eleitorais e um acréscimo nesta última eleição. Tomando por base que estes dados, politicamente as mulheres vem ganhando espaços e representatividade em seus partidos e mais ainda, levando em conta os resultados dos processos eleitorais de 2010 e 2014 para presidente, onde a Sra. Dilma Vana Rousseff, economista formada foi eleita e reeleita, mesmo com margens pequenas ante seus concorrentes, podemos considerar que realmente a mulher no âmbito político vem se tornando agente de capital social.

Tabela 5: Evolução do número de candidatas/os a Presidenta/e - 2006, 2010 e 2014

Ano	Feminino	Masculino	Total
2006	2	5	7
2010	2	7	9
2014	3	8	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base no site do TSE (2014)

Na esfera da iniciativa privada, iniciativas promovidas por organizações não governamentais e por empresas com foco no desenvolvimento social, vem cada vez mais permitindo se a exploração de capital intelectual não baseado nas questões sexo, mas sim nas questões de gênero, que determinam que a capacidade de capital social de um indivíduo não se pauta em ser homem ou mulher, mais na capacidade de gerar resultados em prol do benefício coletivo, que com o suporte econômico, resultante da relação trabalho/mercado, podem gerar mecanismos de desigualdade de renda e desenvolvimento social.

De acordo com os dados de participação da mulher no mercado de trabalho, auferidos pelo IBGE ao longo dos anos, tanto em empregos formais quanto informais, é possível se verificar que esta vem rompendo paradigmas de aceitação quanto fazer parte de estruturas organizacionais dos mais diversos ramos e atividades, atuando nos mais diversos níveis hierárquicos.

Desta forma, este artigo atende ao seu objetivo que é o apontar a mulher como agente de capital social em ações de desenvolvimento social no Brasil, indicando que está através de atividades promovidas por ações de governo e também por ações institucionalizadas vem interferindo positivamente nos indicadores sociais do país e principalmente se tornando referências nas mais diversas áreas de atuação, engajando se principalmente na política nacional.

Referências

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Organização de Nogueira; M. A.; Catani; A. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate à fome**. Disponível em: <<http://mds.gov.br>> Brasília. DF: MDS. 2004. Acessado em: 07 outubro. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios**. – Brasília. DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)**. Perfil das famílias beneficiadas pelo programa bolsa família. Disponível em: <<http://mds.gov.br>> Brasília. DF: MDS. 2009. Acessado em: 08 outubro. 2015.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. TSE. **Pesquisa de candidatos à presidência da república**. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/eleicoes>> Acessado em 12 outubro. 2015.

_____. **Secretária de Proteção a Mulher**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/diversidade-das-mulheres>> Brasília. DF: MDS. 2009. Acessado em: 10 outubro. 2015.

BRICS. **Definição do que é o BRICS**. Disponível em: <<http://www.brics-info.org/>> Acessado em: 11 outubro. 2015.

CAPELLE, M. C. A.; Melo, M. C. O. M. L., Brito, M. J., Brito, M. J. Brito. **Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organização**. *RAE - eletrônica*, v. 3, n. 2, art. 22, jul./dez. 2004.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina**. Disponível em:<<http://www.cepal.org/es>> Acessado em: 05 outubro. 2015.

DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** Serie Políticas sociales, N° 38 (LC/ L.1400-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Julio. Publicación de las Naciones Unidas, n°: S.00.II.G.38. 2000.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GUEDES, M. E. F. **Gênero, o que é isto?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf> > Acessado em: 30 setembro. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de trabalho e rendimento** <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acessado em 12 outubro. 2015.

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015. Disponível em: <http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi#data_table/countries/dim1/dim1,dim2,dim3> Acessado em: 11 outubro. 2015.

MARTINS, J., BICUDO, M. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Cortez, 1989.

MUKHERJEE, R. **Social reality and culture**. *Current Sociology*, London, v.46, n.2, p.39-50, 1998.

NETO, B. S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico**. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV, Viçosa, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**, São Paulo: Atlas, 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1997.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*. p.71-99, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WALBY, S. Gender Mainstreaming. **Productive Tensions in Theory and Practice**. Contribution to ESCR Gender Mainstreaming Seminars. 2003-4. Disponível em: <<http://www.leeds.ac.uk/sociology/people/swdocs/Gender%20Mainstreaming%20Overview.pdf>>. Acessado em: 02 outubro. 2015.

WOOLCOCK, M. “**Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework**”, Theory and Society, vol. 27, nº 2. 1998.